

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 4.998, DE 2024

Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Linhas de Crédito Empreendedorismo 60+.

Autor: Deputado CAPITÃO AUGUSTO

Relator: Deputado BETO RICHA

I - RELATÓRIO

Trata-se da apreciação do Projeto de Lei nº 4998/2024, de autoria do Deputado Capitão Augusto, que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Linhas de Crédito Empreendedorismo 60+, com o objetivo de fomentar o empreendedorismo e promover a independência econômica de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

O projeto propõe a criação de linhas de crédito especiais com juros reduzidos, prazos estendidos e garantias simplificadas, destinadas a microempreendedores e pequenos negócios liderados por idosos.

A proposição recebeu a **Emenda Substitutiva nº 1/2025**, apresentada pelo Deputado Vinicius Carvalho, que suprime detalhes operacionais e atribui ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao Banco Central do Brasil a regulamentação das condições de crédito, conferindo maior flexibilidade normativa à proposta.

Foi apensado a esta proposição o **Projeto de Lei nº 1067/2025**, de autoria do Deputado Zé Neto, que institui o Programa de Incentivo ao Empreendedorismo 60+, com ações voltadas à capacitação técnica e inclusão digital de idosos, além de prever alterações legislativas pontuais no Estatuto da Pessoa Idosa, na Lei do Microcrédito Produtivo



Orientado (Lei nº 13.636/2018) e no Pronampe (Lei nº 13.999/2020), para incluir expressamente o público 60+ como prioridade no acesso ao crédito.

A matéria foi distribuída às Comissões de Indústria, Comércio e Serviços; Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; Finanças e Tributação (mérito e art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD) e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II RICD), em regime de tramitação ordinário (art. 151, III, RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 4998, de 2024, de autoria do nobre Deputado Capitão Augusto, propõe a criação do Programa Nacional de Linhas de Crédito Empreendedorismo 60+, com o objetivo de fomentar o empreendedorismo e a independência econômica de pessoas com 60 anos ou mais.

A iniciativa é meritória e alinha-se a uma necessidade social premente: a valorização da senioridade ativa no mercado produtivo, diante do envelhecimento acelerado da população brasileira. Ao oferecer condições facilitadas de acesso ao crédito, o projeto busca estimular a atividade empreendedora entre os idosos, promovendo inclusão econômica, geração de renda e fortalecimento de comunidades.

Durante a tramitação na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, foi apresentada a Emenda Substitutiva nº 1/2025, de autoria do Deputado Vinicius Carvalho, que propõe uma nova redação ao projeto, com foco na melhoria da técnica legislativa e na delegação de aspectos operacionais e técnicos ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao Banco Central do Brasil.

A proposta substitutiva mantém a essência da proposição original, qual seja, a criação de linhas de crédito específicas para o público 60+, mas retira do texto legal os detalhes excessivamente normativos, como



taxas de juros, prazos e critérios de elegibilidade, transferindo-os à regulamentação infralegal. Tal medida preserva a flexibilidade do programa, permitindo sua atualização conforme a evolução do mercado e da política monetária.

Ademais, a delegação ao CMN e ao Banco Central — autoridades monetárias competentes — afasta eventuais vícios de iniciativa e assegura maior efetividade na implementação da política pública proposta, sem que para isso seja necessário recorrer à constante modificação da lei via processo legislativo.

Além disso, **o projeto apensado (PL 1067/2025)** complementa o PL 4998/2024 ao incluir ações de capacitação e inclusão digital para idosos e empreendedores e ao garantir prioridade expressa ao público 60+ em programas de crédito já existentes, como o Pronampe e o Microcrédito Produtivo. Ele amplia e reforça a política proposta com foco na autonomia e inclusão produtiva.

Assim, ao analisar o teor contributivo e complementar das duas proposições e da emenda apresentada, optamos por apresentar o Substitutivo que harmoniza o conteúdo das proposições, consolidando-as em um texto único, conciso e eficaz, que estabelece um marco legal claro e operativo para o fomento ao empreendedorismo 60+.

Diante do exposto, voto pela **aprovação do Projeto de Lei nº 4998/2024, na forma do Substitutivo anexo**, que incorpora os aperfeiçoamentos propostos pela **Emenda Substitutiva nº 1/2025** e as disposições constantes do **Projeto de Lei nº 1067/2025, apensado**.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado BETO RICHA
Relator



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4998, DE 2024

Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Incentivo ao Empreendedorismo 60+ e estabelece diretrizes para a oferta de linhas de crédito e ações de capacitação voltadas a pessoas com 60 anos ou mais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa Nacional de Incentivo ao Empreendedorismo 60+, com o objetivo de fomentar o empreendedorismo, promover a independência econômica, a inclusão produtiva e o envelhecimento ativo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Art. 2º São diretrizes do Programa:

I – promoção de linhas de crédito com condições diferenciadas, a serem ofertadas por instituições financeiras públicas e privadas, nos termos definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil;

II – priorização do acesso ao crédito para microempreendedores e pequenos empresários com idade igual ou superior a 60 anos;

III – capacitação técnica e gerencial voltada ao empreendedorismo sênior, com foco em gestão, finanças, marketing, inovação, inclusão digital e tecnológica;

IV – estímulo à cooperação entre entes públicos, setor privado e organizações da sociedade civil, para execução descentralizada das ações previstas.

Art. 3º O crédito poderá ser destinado, nos termos do regulamento, a:

I – microempreendedores individuais (MEI);

II – micro e pequenas empresas lideradas por pessoas com 60 anos ou mais;



III – empreendimentos individuais ou cooperativos geridos por pessoas com 60 anos ou mais.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará o Programa, devendo assegurar, dentre outros aspectos:

I – taxas de juros reduzidas, inferiores à média de mercado;

II – prazos estendidos para pagamento, com possibilidade de carência inicial;

III – sistemas de garantia simplificados, compatíveis com a realidade do público-alvo;

IV – vedação à discriminação etária na concessão do crédito, desde que cumpridos os requisitos técnicos e legais.

Art. 5º As ações do Programa poderão ser executadas por meio de contratos, convênios, termos de cooperação, instrumentos de execução descentralizada e outros mecanismos de articulação entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e entidades privadas, nos termos do regulamento.

Art. 6º O art. 28 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“IV – incentivo ao empreendedorismo e acesso facilitado ao crédito para pessoas idosas.”

Art. 7º O art. 4º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º (...)

II – de financiamento aos tomadores finais dos recursos, podendo estabelecer estratificações que priorizem e estimulem os segmentos de mais baixa renda e o empreendedorismo por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.” (NR)

Art. 8º O §13 do art. 2º da Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§13. Como medida para estimular o empreendedorismo por pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, deverá ser assegurada a adesão prioritária e facilitada ao Pronampe, nos termos do regulamento.” (NR)



Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado BETO RICHA
Relator

